



## **USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

Veículo: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

Data: 29/04/2013

Link: <http://www.ipea.gov.br/>

Assunto: Gasto com saúde reduz pobreza

## **Gasto com saúde reduz pobreza**

Gastar com saúde e saneamento é mais efetivo para reduzir a pobreza do que gastar com previdência e assistência. A conclusão consta em um estudo divulgado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) cuja principal proposta foi a análise do efeito do gasto social sobre a pobreza no Brasil pelas três esferas do governo – federal, estadual e municipal.

De acordo com Martha Hanae Hiromoto, autora da dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação (PPG) em Economia Aplicada, os gastos do governo federal com saúde e saneamento têm um peso de 0,31% na redução do índice de pobreza, enquanto que os gastos na previdência e assistência pesam apenas 0,07%.

A pesquisa – que utilizou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Secretaria do Tesouro Nacional – mostra que o total de gasto social do governo federal cresceu de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1987, para 14% do PIB em 2009, totalizando R\$ 432 bilhões.

“O gasto federal foi o que mais cresceu nos últimos anos. Apesar disso, grande parte desse aumento foi para a previdência e assistência”, explica Martha, citando o Bolsa Família como um dos itens que fazem parte do segmento.

Na esfera estadual, o gasto mais efetivo para combater a pobreza, segundo a pesquisa, foi o feito na educação, que registrou um impacto de 0,08%. Em relação aos gastos municipais, o peso do item saúde e saneamento também foi maior para a redução da pobreza, de 0,10%..

### **Seguro-desemprego**

Um contraponto apresentado no estudo é que os gastos estaduais com trabalho ao invés de ajudar na redução da pobreza, intensificaram essa situação. “São gastos que não transferem nada para pobre, como o seguro-desemprego, por exemplo, que ajuda uma pessoa a não entrar na pobreza, mas não retira efetivamente ninguém dessa situação.”

A pesquisa também avaliou a efetividade dos gastos municipais no combate à pobreza. No entanto, o período avaliado foi distinto.

De acordo com o levantamento, os gastos sociais dos municípios, em 1991, representavam 3% do PIB e, em 2010, chegaram a 8% do PIB, ou R\$ 212 bilhões.